

A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CAPITALISMO: O CASO DOS BREJOS DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Henrique O. M. de Barros
Pesquisador da Fundação
Joaquim Nabuco

1. PRODUÇÃO FAMILIAR E CAPITALISMO

Segundo a visão marxista tradicional, a evolução do capitalismo levaria ao inevitável desaparecimento do campesinato, dada a sua incompatibilidade com o desenvolvimento das forças de mercado (Goodman e Redclift, 1981: 4). Diferenciação social, de acordo com Lênin, constituiria o processo natural de dissolução do campesinato. Através do aluguel de trabalhadores adicionais, camponeses "ricos" seriam capazes de acumular às custas do proletariado rural, formado por pequenos produtores forçados a vender sua força de trabalho (idem: 6).

Apesar disso, a diferenciação na agricultura é reconhecida pelo próprio Lênin como capaz de apoiar formas diferentes - mas não necessariamente opostas - de produção de mercadorias:

(...) "grande capital e pequena produção independente (...) são duas formas de economia produtiva (commodity economy)", a primeira se constituindo em produção de mercadorias "em sua forma mais desenvolvida", enquanto a última representa "sua forma mais rudimentar", (Gibbon e Neocosmos, 1985: 173; citação de Lênin, 1972:200).

Segundo Gibbon e Neocosmos, a proletarianização, no seu sentido linear não teria sido atribuída por Marx ao desenvolvimento do capitalismo, mas sim ao desenvolvimento industrial. No mesmo sentido apontariam posteriores trabalhos de Lênin, referindo-se ao contínuo desenvolvimento de formas de pequena produção no desenvolvimento capitalista (Gibbon e Neocosmos, 1985: 175, 176).

A perspectiva acima constitui a base de recentes desenvolvimentos teóricos sobre a pequena produção de mercadorias ("petty commodity production"), apontando no sentido de uma visão dessa categoria como uma forma permanente e integrada ao capitalismo, ao invés de "articulada" ou "subordinada" ao capital, numa permanente espera pela dissolução por vias, ou da proletarianização, ou da acumulação.

Tal enfoque contraria interpretações das transformações recentes na agricultura brasileira, que apontam para um aprofundamento das formas de subordinação e exploração da pequena produção conduzidas por categorias variadas de capital, da tradicional associação com o capital mercantil às modernas formas de exploração via complexos financeiro-agroindustriais (Sorj, 1980; Kageyama e Silva, 1987). Estudos de caso recentes interpretam o relacionamento entre pequena produção e agroindústria como um foco de exploração do trabalho familiar, barateado pela produção de subsistência. Exemplos de tal forma de articulação têm sido fornecidos pelos plantadores de fumo (Goodman e Redclift, 1981: 168) e os produtores de suínos e aves do sul do país (Sorj, Pompermayer e Coradini, 1982), embora muitos outros possam ser citados, como é o caso dos irrigantes de perímetros públicos no Nordeste (Lavinias, s/d). Nesse tipo de relação com o capital, o controle formal dos meios de produção permaneceria em mãos dos produtores, que têm sua capacidade de acumulação bloqueada pelo controle agroindustrial, apesar do considerável nível de tecnificação alcançado no processo de produção. A apropriação do excedente via controle mercantil exercido pela agroindústria responderia pelo aprisionamento dos produtores a um circuito de produção de subsistência e reprodução simples da empresa familiar (Goodman e Redclift, 1981: 168).

2. PRODUÇÃO DE MERCADORIAS NA AGRICULTURA: ENFOQUES ALTERNATIVOS SOBRE A PERMANÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO NO CAPITALISMO

Em anos recentes, uma série de estudos têm sido dirigida à elaboração de esquemas conceituais alternativos para explicar a desconcertante persistência da pequena produção na agricultura, não apenas nos países periféricos, como é o caso do Brasil, mas também nos países centrais. Em particular, tais perspectivas rejeitam uma série de posições contidas nos modelos clássicos de transição agrária, mencionados na seção anterior, tais como:

1. O caráter transicional da pequena produção dentro do capitalismo;
2. A funcionalidade da pequena produção como fornecedora de mão-de-obra barata e outras mercadorias que subsidiam a acumulação de capital, e
3. A noção da pequena produção sendo explorada pelo capital, sob a forma de um assalariamento disfarçado (Bernstein, 1986: 11).¹

Segundo tais perspectivas, a pequena produção de mercadorias – PPM – (“petty commodity production” ou “simple commodity production”) é entendida como uma categoria particular de empresas domésticas que combinam a propriedade dos meios de produção com o trabalho familiar, com o fim de produzir mercadorias (Scott, 1977: 1-2; Gibbon e Neocosmos, 1985: 170; Friedmann, 1978: 559-563). Como uma forma de produção, sua origem remonta à própria evolução do capitalismo, não como uma forma subordinada, mas sim integrada à lógica de reprodução do capital; portanto, uma forma específica de produção capitalista.

Para Friedmann, em particular, “produto simples de mercadorias” é caracterizada pela combinação de propriedade e trabalho dentro do mesmo domicílio. Produção e consumo são organizados através de relações de parentesco (“kinship”), ao contrário da empresa “capitalista”, onde prevalecem as forças de mercado. A venda do produto final tem como função específica a renovação dos elementos que compõem o processo produtivo, os quais consistem, exclusivamente, de consumo produtivo e pessoal (Friedmann, 1978: 559).

Na visão de Gibbon e Neocosmos, a PPM se origina a partir da separação do trabalhador de seus meios de subsistência. Com a evolução do capitalismo, na medida em que se generaliza a produção de mercadorias, o mercado se torna um mediador essencial na reprodução da força de trabalho. Nesse estágio, a agricultura passa a se especializar na produção de matérias-primas para a indústria através de pequenas empresas familiares. Ao invés de ‘resíduos de modos de produção anteriores’, a produção de mercadorias passa daí a se constituir numa parcela integrante da produção capitalista (Gibbon e Neocosmos, 1985: 172-173).

Como uma categoria que combina capital e trabalho sob um mesmo teto, a PPM mantém uma posição de classe contraditória (ou, para alguns, oscilatória): ‘um capitalista que emprega a si mesmo’, ideologicamente mais identificado com a pequena burguesia do que com o proletariado (Wright, 1976; Gerry e Birbeck, 1981; Gibbon e Neocosmos: 1985: 178).

O caráter peculiar da estrutura interna da empresa familiar torna-se um elemento essencial à compreensão da PPM. Relações sociais operando através de mecanismos de parentesco (“Kinship”) e divisão sexual do trabalho (“gender”) respondem pela diversidade que caracteriza aquelas empresas (Bernstein, 1986: 25).

Como unidades geradas dentro do capitalismo, relações com outros membros do sistema capitalista, tais como proprietários fundiários, banqueiros ou comerciantes, não podem ser vistas como relações específicas de exploração, desde que geradas em condições não monopolistas de mercado. Os preços mais baixos da

produção familiar ocorreriam como uma combinação, de um lado, da falta de uma exigência estrutural para a obtenção de excedente² e, do outro, como uma consequência de sua flexibilidade de consumo pessoal (Friedmann, 1979: 169-170).

Consistente com a perspectiva acima é a caracterização do mercado como criador das condições de mobilidade de fatores necessária à emergência e reprodução da PPM numa situação de não-exploração. Dentro do mercado, a trajetória das pequenas empresas familiares pode ser orientada em dois sentidos não necessariamente opostos. O primeiro consiste na renovação simples dos meios de produção e a repartição do resultado líquido entre consumos produtivo e pessoal. O segundo caminho parte da inversão destinada a ampliar a capacidade produtiva, que lança a empresa num caminho de expansão determinado, na sua maior parte, por condições de mercado. Como resultado, a transformação pode implicar, ou perdas que obriguem ao retorno à fase de reprodução simples e até a dissolução da empresa, ou à integração progressiva da mesma ao sistema de produção capitalista.

Numa perspectiva semelhante, a pequena produção é vista por Gibbon e Neocosmos como capaz de se diferenciar internamente de acordo com níveis de capitalização ou condições tecnológicas. Externamente, elas são capazes de se dissolver em capitalistas e assalariados, as condições de diferenciação sendo dadas por situações particulares de competição e luta de classes que exigiriam investigação direta (Gibbon e Neocosmos, 1985: 171-178; Bernstein, 1986: 20). Instabilidade torna-se uma condição incorporada dentro das pequenas empresas familiares pela contraditória situação de classe de seus membros. Proletarização e acumulação são vistas como possibilidades teóricas de transformação, determinadas através da competição e explicadas pelo caráter pequeno-burguês do trabalhador autônomo (Gibbon e Neocosmos, 1985: 177; Marx, 1969: 409).

Reprodução e conservação da PPM são o resultado da criação de espaços na economia, abertos por deslocamentos do grande capital em busca de maior lucratividade. Melhorias de infra-estrutura introduzidas nas áreas rurais pelo Estado em aliança com capitais internacionais (no caso da África) ou burguesias nacionais (no caso do Nordeste brasileiro); vantagens locacionais, como aquelas de que se beneficia o setor informal urbano; uso de tecnologias simples e conhecimento popular, entre outros exemplos, são fatores que, combinados à flexibilidade de organização interna, dão à pequena produção vantagens comparativas em relação aos seus competidores "capitalistas" (Gibbon e Neocosmos, 1985: 180-182; Bernstein, 1986: 25; Cavalcanti, 1987).

3. ALGUMAS NOTAS SOBRE O PAPEL DO ESTADO E A PEQUENA PRODUÇÃO NO CAPITALISMO

Camponeses e pequenos produtores de mercadorias têm sido referidos pelo marxismo tradicional como o foco de relações de exploração, sejam por parte de proprietários de terra, sejam por capitalistas. Condições de livre mercado desenvolvidas a partir da generalização da circulação de mercadorias têm sido sugeridas pelos modelos recentes como um passo significativo para superar a exploração em mercados de trabalho, produto e capitais. Numa perspectiva dinâmica, o surgimento de relações de não-exploração tem sido associado a uma crescente mobilidade em mercados de fatores de produção, agindo contra a ação monopolista dos competidores.

Do ponto de vista teórico, a formação do mercado, com a emergência de condições de concorrência, é certamente um fator decisivo para a redução da explo-

ração em mercados de terra e mão-de-obra. Além disso, o argumento tem sido facilmente apoiado em evidências históricas (Friedmann, 1978). Contudo, é importante considerar o papel do Estado como um permanente fator de desajuste das condições de mercado, capaz de alterar a posição relativa de qualquer dos competidores.

Interpretações recentes sobre o papel do Estado em modernas economias têm expressado a importância da ação de mecanismos de coerção extra mercado a fim de garantir as leis de apropriação da propriedade privada e da reprodução de capital. Intervenções na esfera da propriedade privada, por exemplo, podem compelir trabalhadores a aceitar o rebaixamento do preço de sua força de trabalho, dessa forma ferindo as regras de livre competição no mercado de trabalho (Blanke, Jurgens e Kastendiek, 1978: 139).

Por outro lado, intervenções do Estado não se restringem ao apoio à reprodução do capital, mas também são decisivas para a emergência das contradições que caracterizam o sistema capitalista. Medidas de bem-estar social, apesar de dirigidas à "pacificação" dos trabalhadores, são passíveis de produzir tensões e reações por parte dos capitais desfavorecidos (Hirsch, 1978: 89-90). Em particular, quando o Estado intervém na fonte de produção de excedente, os limites críticos para a sobrevivência do sistema são violados, o capital reagindo sob a forma de queda de investimentos ou mudança para outros países (Blanke, Jurgens e Kastendiek, 1978: 139). Numa similar perspectiva, a garantia de "liberdade" e "igualdade" como direitos de ambos, trabalhadores e capitalistas, pode ameaçar o sistema de produção burguês, na medida em que pode levar à luta por interesses que contradizem a ideologia dominante da reprodução capitalista (idem: 128-129).

Intervenções do Estado que atingem a capacidade de geração de excedentes podem produzir diferentes reações, quer confrontem empresas familiares ou capitalistas. Enquanto as últimas podem reagir reduzindo seus investimentos ou migrando para outros países, empresas familiares, uma vez bloqueado seu caminho de capitalização (via dificuldades de crédito, por exemplo) podem ter ampliados seus níveis de proletarização, via dissolução das pequenas empresas "inviáveis".

No caso brasileiro, e do Nordeste, em particular, as contradições no papel do Estado têm se expressado ainda sem muita clareza nos anos recentes. Incentivos à pequena produção ainda não se mostram capazes de compensar as políticas de proteção a categorias específicas de capitalistas rurais. Apesar disso, um setor pobre, porém moderno e dinâmico de pequenos produtores emergiu e vem tentando se consolidar em áreas de brejos. Contudo, como é discutido adiante, seu futuro pode ser comprometido pela ausência de políticas de proteção e estímulo semelhantes às oferecidas v.g. a setores não tão essenciais à economia das populações de baixa-renda como é o caso da produção de alimentos.

Nas seções seguintes, a emergência da pequena produção familiar, com seu desenvolvimento recente, é discutida, com atenção, para o caso dos brejos do Agreste pernambucano. Como perspectiva geral, pequenos produtores domésticos são vistos como uma forma capitalista de produção, na medida em que surgem e se desenvolvem a partir de elementos ditados pelo sistema capitalista dominante. Contudo, o caráter familiar da produção confere a tais produtores características próprias, inexistentes dentro do que se convencionou chamar "empresa capitalista". Do ponto de vista político, o encaminhamento de uma série de problemas que atingem o desenvolvimento da pequena produção – e que afetam uma parcela substancial da produção de alimentos e do emprego no país – passa necessariamente pelo entendimento da questão agrária a partir dessas novas bases, extraídas das próprias contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o que se propõe é o enten-

dimento da pequena produção como resultado de uma contraditória inserção dentro do capitalismo: o fruto da combinação de capital e trabalho dentro de uma mesma unidade de produção. Mais do que isso, uma forma de produção cuja reprodução está interligada à reprodução do capital, embora mantendo uma dinâmica própria, ditada pelo caráter familiar do sistema de produção.

4. O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA AGRICULTURA MERCANTIL NOS BREJOS PERNAMBUCANOS

Brejos são áreas beneficiadas por condições geográficas particulares, o relevo e a altitude sendo as mais importantes. Altitude, aliada à disposição do relevo em relação a correntes aéreas, contribui para manter níveis de umidade e precipitação pluviométrica bem acima das médias sub-regionais, sejam do Agreste ou do Sertão, durante a maior parte do ano.

Brejos, enquanto exceções do ponto de vista geográfico, se encontram relativamente espalhados pelo Agreste e sertões nordestinos. Em particular, neste trabalho é discutido o caso do Brejo da Madre de Deus que, juntamente com Camocim de São Félix, faz do Agreste de Pernambuco o principal abastecedor de uma série de legumes e frutas consumidas nas principais áreas urbanas do Nordeste.

Uma expressão da importância do Agreste como abastecedor de produtos hortícolas em Pernambuco é dada pelo quadro 1. Produtos como a cenoura, beterraba e repolho se originam quase que exclusivamente do Agreste, em particular dos brejos da Madre de Deus e Camocim de São Félix.

Quadro 1

Participação do Agreste na Horticultura de Pernambuco, 1980

	Agreste		Outras Áreas		Total	
	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)
Cenoura	2162	8738	75	83	2237	8821
Beterraba	260	762	7	8	267	770
Pimentão	2848	7030	687	1655	3535	8685
Tomate	2494	41114	1260	36976	3754	78090
Repolho	687	7149	49	34	736	7183
Alface	996	669	824	4178	1820	4847

Percentagens

	Agreste		Outras Áreas		Total	
	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)
Cenoura	96.6	99.1	3.4	.9	100	100
Beterraba	97.4	99.0	2.6	1.0	100	100
Pimentão	80.6	80.9	19.4	19.1	100	100
Tomate	66.4	52.6	33.6	47.4	100	100
Repolho	93.3	99.5	6.7	.5	100	100
Alface	54.7	13.8	45.3	86.2	100	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1980

Contudo, a produção hortícola nos brejos é produto de transformações na economia local observadas ao longo dos últimos 20 anos.

Frutas, café, mandioca e cana-de-açúcar se mantiveram como típicas culturas dos brejos até cerca da metade deste século. A partir dos anos 50, a redução da importância do café como fonte de emprego para as pequenas propriedades foi impondo a busca de fontes alternativas de manutenção da pequena produção. O assalariamento sazonal na lavoura canavieira, posteriormente complementado pela produção hortícola, vai se constituir numa estratégia essencial de preservação da pequena produção local.

Cultivos perenes, como frutas – manga, pinha, coco, jaca, etc –, muitas usadas no sombreamento dos cafeeiros –, ao lado do café, cederam lugar à horticultura nas pequenas propriedades, enquanto nas maiores os incentivos oferecidos pelo setor público, através do Instituto Brasileiro do Café, constituíram a base de uma ameaçadora expansão pecuária.

Áreas de relevo mais plano, como é o caso de Camocim de São Félix, têm favorecido a formação de pastagens, num processo de absorção de antigos sítios, enfraquecidos ou muitas vezes sufocados pelo avanço das fazendas de gado.³ Ainda assim, comparados com os anos 70, dados para o período 1980/1985 revelam um crescimento da área cultivada naquele brejo, numa aparente reversão da tendência revelada na década anterior.⁴

O crescimento da produção hortícola nas áreas de brejo do Agreste pernambucano ao longo da década dos 70 é mostrada no quadro 2. Em vários dos municípios selecionados a produção multiplicou-se diversas vezes, refletindo a emergência e consolidação de algumas áreas-líder.

Quadro 2
Agreste: Produção Hortícola em Áreas Brejeiras, 1970/80

1. Cenoura	1970		1980		1970/80 (% ano)	
	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)
Pernambuco	-	-	2237	8821	-	-
Agreste	1171	2743	2162	8738	6,3	12,3
Brejo	340	1427	794	5060	8,9	13,5
Belo Jardim	66	84	415	1452	20,2	33,0
Gravatá	525	746	466	803	-1,2	,7
Outros	247	494	562	1506	8,6	11,8

2. Tomate	1970		1980		1970/80	
	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)
Pernambuco	3721	57473	3754	78090	,1	3,1
Agreste	3051	50486	2494	41114	-2,0	-2,0
Camocim	62	2101	114	4350	6,3	7,5
Bonito	51	902	51	2163	,0	9,1
S. Joaquim	50	1623	80	2990	4,8	6,3
João Alfredo	342	295	202	1942	-5,1	20,7
Pesqueira	535	23015	499	13339	-7	-5,3

	1970		1980		1970/80	
	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)
3. Pimentão						
Pernambuco	1700	3455	3535	8685	7.6	9.7
Agreste	1444	3201	2848	7030	7.0	8.2
Brejo	5	-	27	108	18.4	-
Belo Jardim	23	138	139	479	19.7	13.3
Bonito	25	26	91	336	13.8	29.2
Bom Jardim	213	204	232	605	.9	11.5
Camocim	3	1	70	450	37.0	84.2
Chã Grande	326	1024	342	1052	.5	.3
Gravatá	124	705	335	674	10.4	-4
4. Repolho						
1970		1980		1970/80		
	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)	No. Prod.	Vol. (ton)
Pernambuco	318	1073	736	7183	8.8	20.9
Agreste	298	806	687	7149	8.7	24.4
Camocim	3	22	104	1974	42.6	56.8
Caruaru	49	142	47	327	-4	8.7
Bonito	13	89	35	666	10.4	22.3
Gravatá	54	65	106	600	7.0	24.9
Bezerros	19	79	109	1072	19.1	29.8

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários

A partir do início dos anos 70, Brejo da Madre de Deus emerge como o principal produtor de cenoura; Camocim, de tomate de mesa (envarado) e repolho e Chã Grande, de pimentão. Boa parte dessa especialização reflete o desenvolvimento de toda uma série de facilidades e instituições de auxílio à produção naquelas áreas. Cooperativas e comerciantes privados fornecendo insumos; intermediários especializados na comercialização em mercados atacadistas; trabalhadores especializados na execução de tarefas críticas durante o ciclo anual; extensionistas com uma crescente experiência em horticultura, são todos parte de uma estrutura de apoio parcialmente oferecida pelo setor público e que tem sido favoravelmente aproveitada pela pequena produção nos anos recentes.

A firmeza refletida pelos dados de crescimento agregado da produção hortícola na verdade encobrem uma profunda instabilidade em seus componentes internos. Como sugerido por Gibbon e Neocosmos (1985), é o somatório de inúmeros pequenos sucessos e insucessos, refletindo efêmeras passagens pelo mercado que dão forma e consistência à pequena produção mercantil em condições de capitalismo periférico. Ao contrário dos países desenvolvidos, os pequenos dividendos políticos oferecidos ao setor público em troca de apoio e proteção (em moldes semelhantes ao setor "capitalista") deixam pouca margem a uma capitalização consciente e planejada da pequena agricultura, que levaria a um crescimento mais estável, dentro dos limites oferecidos pelas atuais estruturas de mercado.

Nas seções seguintes, as condições que orientam a pequena produção de cenoura serão discutidas, justificando a progressiva concentração da produção em estratos maiores de área, mais dispostos e capazes a enfrentar os riscos e incertezas do mercado.

A tendência à concentração acima referida pode ser observada no quadro 3 para o conjunto do Estado de Pernambuco.

Quadro 3

Pernambuco: Produção de Hortícolas por Grupos de Área: 1975/80

	Cenoura				Tomate				Repolho			
	1975		1980		1975		1980		1975		1980	
	Vol. (ton)	%	Vol.	%	Vol. (ton)	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
< 10 ha	3932	72.8	5527	62.7								
< 5	3439	63.7	4647	52.7								
5 - 10	493	9.1	880	10.0								
10 - 100	1385	25.6	2860	32.4								
100 - 1000	85	1.6	409	4.6								
1000 - 10000		.0	21	.2								
Total	5402	100.0	8817	100.0								

	Tomate				Repolho			
	1975		1980		1975		1980	
	Vol. (ton)	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
< 10 ha	36693	57.7	48886	62.6	1490	51.5	3265	45.8
< 5	31070	48.8	25219	32.3	1095	37.8	2459	34.5
5 - 10	5623	8.8	23667	30.3	395	13.6	804	11.3
10 - 100	14244	22.4	15943	20.4	1012	34.9	3336	46.8
100 - 1000	11250	17.7	12692	16.3	394	13.6	531	7.4
1000 - 10000	1447	2.3	564	.7				
Total:	63634	100	78085	100	2896	100	7132	100

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários.

Uma relativa perda de participação dos estratos menores de área é encontrada nos casos da cenoura, tomate e repolho. Em relação à cenoura e ao repolho, parte da produção tem sido tomada por estratos de área médios, entre 10 e 100 hectares, provavelmente refletindo a relativa lucratividade da produção capitalizada. No caso do tomate, contudo, observa-se uma forte presença da faixa dos 5 a 10 hectares entre 1975 e 1980, como um provável indicador da expansão da área cultivada em perímetros irrigados pelo setor público no Vale do São Francisco.

5. AS CONDIÇÕES DE RISCO E INCERTEZA NA PRODUÇÃO DE CENOURA

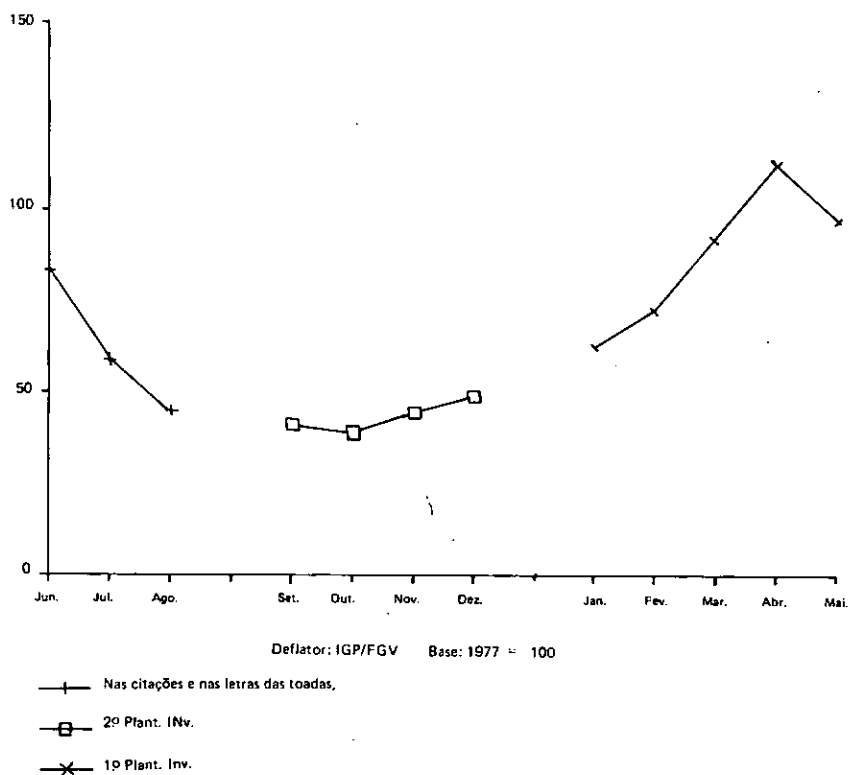
Como acima mencionado, por trás do relativo sucesso da produção hortícola se esconde todo um complexo de incerteza e risco que inibe a capitalização e contribui para manter a atividade restrita ao âmbito da produção doméstica. Tais limitações, longe de se constituir um problema, têm se mantido como proteção contra o avanço da atividade empresarial ou mesmo industrial sobre aquele setor. Contudo, como os dados do quadro 3 sugerem, aumentos de produtividade por parte de segmentos mais capitalizados tendem a comprometer a posição dos estratos menores

num mercado cuja expansão é fortemente contida pela taxa de crescimento da demanda.⁵ Em consequência, preços tendem a variar fortemente segundo a quantidade ofertada, como indica a figura 1.

Variações na oferta de cenoura, e conseqüentemente nos seus preços de mercado, refletem desigualdades que se verificam na disponibilidade de água ao longo do ciclo anual. Mais do que diferenças de preços, a concavidade da curva indicada no gráfico da figura 1 sugere as diferenças existentes na capacidade de irrigar dos produtores ao longo do período anual. Como a maioria dos pequenos produtores não dispõe de fontes de água perenes, capazes de sustentar o mesmo nível de produção durante todo o ano, uma concentração significativa dos cultivos de cenoura se observa nos meses de inverno. Médias de preços reais envolvendo um período de 14 anos indicam variações da ordem de 100 por cento entre preços de mercado da cenoura no inverno e verão, com repercussões naturais sobre o nível de tecnificação e a organização da atividade agrícola.

Atitudes dos pequenos produtores para enfrentar as condições desfavoráveis de mercado no inverno variam entre a elevação da produtividade e a redução de custos de produção. Para os maiores, a introdução de parceiros e arrendatários para produzir, nos meses de inverno ou mesmo a interrupção da produção (Hiraoka e Yamamoto, 1981: 100) se mostram como alternativas dirigidas à redução de risco.

FIGURA 1
CENSURA: PREÇOS REAIS MEDIOS MENSAIS, 1973/87



Análises dos custos de produção da cenoura, comparadas com as acentuadas variações sazonais de preços, sugerem um quadro tal que, durante o inverno, as receitas da atividade mal chegam para compensar os custos de produção, aí incluída a simples subsistência do grupo familiar. Por outro lado, a progressiva escassez de água indicativa da entrada no período de verão vai sendo acompanhada pela sucessiva saída dos produtores menos capitalizados do mercado, com a conseqüente apropriação dos acréscimos marginais de preço por aqueles que conseguem estender por mais tempo o seu período de produção.

Tratando-se de um produto em que as técnicas de cultivo impõem uma relativa uniformidade de custos variáveis entre produtores grandes e pequenos, a rentabilidade da produção se torna dependente da capacidade de impor maiores níveis de produtividade aos fatores de produção empregados. Nesse sentido, a capacidade para a rentabilidade dos pequenos produtores, especialmente no período de inverno, de preços baixos e elevada incerteza.

6. FORÇA DE TRABALHO E SISTEMA DE PRODUÇÃO

Pouca mecanização e abundância de emprego de trabalho humano são características de uma agricultura de poucos recursos, como a praticada nos brejos pernambucanos. Segundo dados da EMATER-PE, menos de 30 por cento do orçamento cultural corresponde a gastos com insumos industriais, cabendo portanto à mão-de-obra a maior parcela dos custos de produção.

Embora a força de trabalho familiar contribua de modo decisivo para a redução de despesas externas, a natureza das tarefas envolvidas no cultivo da cenoura exige, normalmente, a utilização de uma dose considerável de trabalho alugado, mesmo em se tratando de pequenas áreas de plantio.

O comportamento da oferta sazonal de trabalho no Agreste em relação às demais regiões pernambucanas é mostrado na figura 2. Em Brejo da Madre de Deus, em particular, a oferta de trabalho temporário se concentra no período de preparação do plantio de inverno, enquanto Camocim apresenta um padrão, ao que tudo indica, fortemente orientado pelas exigências de mão-de-obra da colheita do tomate, a qual se estende através do período de verão. Uma ilustração dessa correspondência pode ser vista comparando-se as figuras 2 e 3, esta última representando o movimento mensal dos preços do tomate de mesa, o qual reflete naturalmente a oferta dentro do mercado pernambucano.

Entre as atividades que demandam o aluguel de trabalhadores, geralmente contratados por tarefa, se incluem o preparo de canteiros ou leirões; o desbaste das plantas recém-nascidas; a pulverização, especialmente praticada nos meses de inverno, e a colheita. À parte dessas tarefas, a lavagem e o ensacamento são feitos com pessoal também contratado, embora sob a responsabilidade dos compradores intermediários.

As razões para o uso do trabalho alugado são variáveis, de acordo com produtores entrevistados. O peso das tarefas ou o risco nelas envolvido é oferecido com explicação para os casos da feitura dos canteiros e da pulverização respectivamente. Por outro lado, é a necessidade de um trabalho rápido que prevalece nos casos do desbaste e da colheita, seja para não prejudicar o ciclo de crescimento, seja por imposição do sistema de comercialização.

FIGURA 2
EMPREGO TEMPORÁRIO MENSAL, 1980

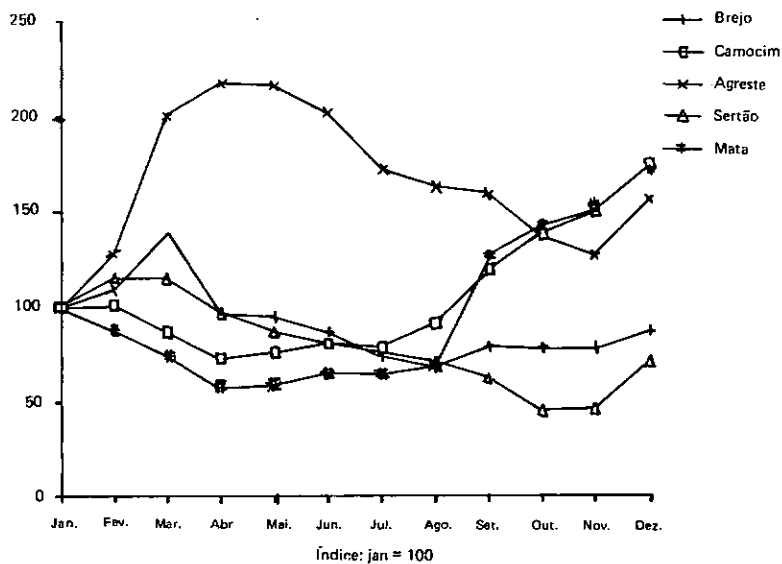
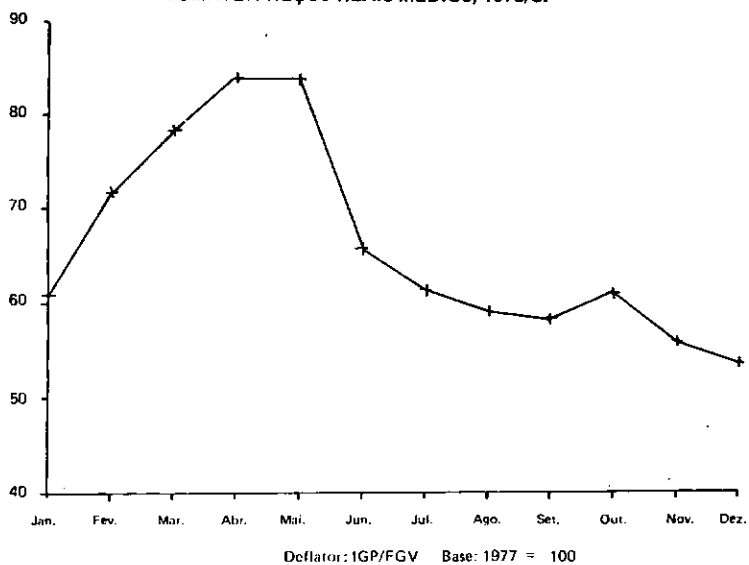


FIGURA 3
TOMATE: PREÇOS REAIS MÉDIOS, 1973/87



Busca de maior produtividade, combinada com redução de custos de mão-de-obra, são característicos da fase atual da pequena produção brejeira. Melhorias técnicas, como a introdução de sementes melhoradas, uso de fertilizantes químicos, defensivos, aconselhamento técnico, têm reconhecidamente resultado em ganhos de produtividade para todos os estratos de produtores. Apesar disso, a vagarosa expansão do mercado de inverno, associada às restrições na disponibilidade de água durante o verão faz com que a maior parte dos ganhos de produtividade dos pequenos produtos seja canalizada para os consumidores urbanos.

A uniformização da base técnica sugerida acima, ajudada pelas facilidades de acesso ao crédito que vigoraram até meados de 1986, tem contribuído para uma relativa homogeneização dos rendimentos culturais em anos recentes, em torno de 20 a 25 toneladas por hectare. Ao mesmo tempo, riscos de perdas por instabilidade climática se mantêm elevados em áreas de brejo. Em consequência, a redução dos custos de mão-de-obra adquire um caráter crítico para a empresa familiar.

Nesse sentido, mulheres e crianças são empregadas em tarefas "leves", porém de elevado consumo de trabalho humano, como o desbaste ou raleação das plantas novas. Mulheres são também empregadas na adubação, que, como o desbaste, é tarefa considerada leve, mas que deve ser paga à base diária, pois exige cuidado. Nesse caso, o uso da família é somado ao pagamento de preços socialmente diferenciados a mulheres e crianças, resultando em diferenças significativas de resultados entre os produtores.

Tratando-se de uma economia onde a reprodução do grupo familiar é o objetivo principal da atividade produtiva, a pequena agricultura mercantil, tal como o setor informal urbano, é uma forma de produção garantida, ou viabilizada, pelo complexo familiar a ela associado.

Como complexo familiar devem ser entendidas as condições que viabilizam a operação da empresa familiar. Aí se incluem os recursos iniciais, como terra e mão-de-obra, mas também os recursos eventuais, indispensáveis nos momentos de precisão, em geral oferecidos por membros não residentes da família.⁶ A operação da empresa familiar, as condições em que ela se ajusta a movimentos do mercado, são ditados pelas dimensões do respectivo complexo familiar.⁷

Um aspecto importante associado ao complexo familiar é a capacidade das pequenas empresas se capitalizarem com um mínimo de recursos externos, em geral de acesso dificultado pelos custos e as garantias exigidas. Como alternativa, dois tipos de estratégias de capitalização foram observados entre produtores brejeiros.

a. O agrupamento de núcleos familiares de uma ou várias gerações para o cultivo conjunto de uma mesma propriedade, e

b. A divisão parcelar entre herdeiros que se utilizam de uma infra-estrutura adquirida através de um fundo comum.

Além disso, recursos familiares são também somados por via da cessão de terras ou o arrendamento a preços reduzidos para membros da mesma (irmãos, cunhados) ou de outras gerações (filhos, genros, netos).

A produção de subsistência constitui outro elemento importante dentro do sistema de produção mercantil dos brejos. Como mencionado acima, plantios de subsistência são mantidos tanto pelos moradores das áreas de Agreste como pelos plantadores de cenoura. Em sua maior parte, tais plantios são realizados em terras de fazendas de gado tradicionais durante o período de inverno (março a setembro). Tanto para produtores de cenoura como para trabalhadores sem terra, tais plantios são somados ao orçamento familiar, atuando como uma importante fonte de manutenção da família em face da incerteza que acompanha tanto o mercado de cenoura quanto o trabalho alugado.⁸

Cultivos de subsistência são também parte de uma relação de complementaridade que se verifica entre a fazenda tradicional e a pequena produção mercantil. Em anos de inverno normal, o trabalho necessário ao cultivo do milho e feijão é trocado pela produção, o chamado "lucro" do plantador, a palha dos cultivos sendo deixada para alimentar o gado dos proprietários. Em anos de seca, quando não há "lucro", ainda assim o gado é capaz de se alimentar dos cultivos perdidos. Nesse caso, a suplementação da renda através de frentes de trabalho se torna essencial para permitir aos trabalhadores sem terra enfrentarem o período de verão.

Os cultivos de subsistência contribuem, dessa forma, tanto para subsidiar o custo do trabalho alugado para os pequenos produtores mercantis, como para viabilizar a permanência de produtores marginais nos períodos de preços baixos. ⁸.

7. CONTINUIDADE E DESIGUALDADE

Neste trabalho foram discutidos alguns elementos do desenvolvimento da produção mercantil nos brejos do Agreste pernambucano. Padrões de desequilíbrio e desigualdade social foram identificados, aprofundados por diferenças no acesso a meios de produção, como água, que condicionam a capacidade de acumulação necessária a passagem da condição de reprodução simples para a produção "capitalista".

Um aspecto relevante a destacar refere-se à capacidade da produção mercantil de se ajustar favoravelmente ao quadro de recursos da economia local. Excedentes de terra e mão-de-obra locais são transformados pela pequena produção mercantil em subsídios ao consumidor urbano nos períodos anuais em que a maior parte da produção é concentrada. Níveis de capitalização são mantidos pelos produtores em função de sua capacidade de obter retornos nos seus períodos de produção. Dessa forma, níveis baixos de capitalização são típicos dos produtores de inverno, enquanto aqueles com acesso à água são capazes de manter níveis maiores de acumulação.

Ao contrário do que prescreve a literatura recente sobre desenvolvimento rural, pouco uso de capital e baixos níveis de especialização, representados pela parcela de recursos dedicados à produção de subsistência, pode não representar a carência de modernização típica da economia subdesenvolvida. Ao contrário, o que se evidencia nos brejos é o permanente ajustamento dos padrões de capitalização às condições de permanência no mercado. Especialização e capitalização são dosadas pelos menores produtores em resposta à sua frágil posição dentro do mercado. E é mantendo essa condição que uma larga parcela de pequenos produtores viabiliza sua permanência dentro desse mesmo mercado.

Outro aspecto relevante diz respeito a possíveis sugestões de políticas para o fortalecimento dos menores produtores, que correspondem à maior e mais vulnerável parcela do quadro de produção local. Incentivos dirigidos ao aumento da produtividade que se traduzem em aumentos da produção agregada no período de inverno poderão resultar em preços ainda mais baixos, na ausência de uma ampliação da demanda. Melhorar o acesso aos mercados regionais no período de concentração da produção pareceria de imediato a melhor sugestão, na medida em que poderia resultar na sustentação de preços indispensável à acumulação por parte dos menores produtores.

Por outro lado, ampliar o acesso à água dos pequenos produtores poderia ser uma solução promissora, embora esbarrando em custos de investimento para o setor público e ameaçando os mais capitalizados com uma redução de preços no período

de verão, capaz de prejudicar a rentabilidade dos investimentos já realizados.

Uma opção seguida por administrações recentes tem sido a da introdução de equipamentos, como tratores e bombas de irrigação, para uso pela recém-criada Associação de Plantadores de Cenoura local. Energia também tem sido introduzida, com o fim de reduzir custos de produção. Contudo, é improvável que tais recursos venham a ser aproveitados por uma larga margem de pequenos produtores, uma vez que a falta de acesso a fontes perenes de água limita a capacidade de investimento para a maioria, como discutido acima. Como resultado, é de se esperar uma continuidade da tendência concentradora sugerida pelos dados do quadro 3, numa reprodução dos padrões de crescimento desigual típicos do capitalismo periférico.

NOTAS

1 No Brasil, a tese do assalariamento disfarçado foi marcadamente elaborada por Wanderley (1981), desde então mantendo uma significativa influência sobre interpretações das transformações da agricultura do país.

2 Como será visto adiante, a "falta de exigência estrutural" não exclui aqueles produtores dos circuitos de acumulação, mas, em vez disso, garante a sobrevivência da produção familiar em condições de reprodução simples, ao contrário da chamada produção "capitalista".

3 Para uma visão do processo de pecuarização, ver Melo (1980).

4 Os dados utilizados provêm da *Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario de 1985*, e naturalmente devem ser analisados com cautela. Segundo aquela fonte, a área agrícola de Camocim teria crescido 16,7% entre 1980 e 1985, contra uma redução de 41,5% observada na década dos 70.

5 Em outras palavras, legumes e frutas, na qualidade de alimentos perecíveis, não essenciais e facilmente substituíveis, têm seus preços fortemente associados às dimensões do mercado, determinadas principalmente pelo nível de renda dos consumidores. Isso resulta em consideráveis quedas de preço na medida em que se eleva a quantidade ofertada.

6 Há casos em que formas de ajuda mútua são instituídas pela sociedade, como nos casos da "minka", do "ayni" e da "faena", praticadas entre produtores dos Andes peruanos. A primeira constitui ajuda a parentes e amigos apenas em troca de alimentos, semelhante ao mutirão; a segunda toma a forma de trabalho recíproco, enquanto a última corresponde a trabalho de interesse comunitário (Gonzales de Olarte, 1984: 112-114).

7 A importância da contribuição da família, em particular a mulher e as crianças, à renda da unidade de produção sertaneja é sugerida por Moura como um fator de manutenção da propriedade camponesa (Moura, 1985: 153).

8 Uma situação semelhante foi identificada por Moura em relação aos produtores sertanejos de Serra Talhada. Naquele caso, a produção de subsistência é tratada como um fator de 'elasticidade' da produção camponesa, capaz de garantir a resistência às investidas do capital mercantil (Moura, 1985: 163).

BIBLIOGRAFIA

Bernstein, H.

1986 'Capitalism and petty commodity production', *Social Analysis*, 20, Dec. 1986, 11-28.

- Blanke, B., Jurgens, U., and Kastendiek, H.
 1974 'On the current Marxist discussion in the analysis of form and function of the bourgeois state', in J. Holloway and S. Picciotto (eds.), *State and Capital: a Marxist Debate*, Edward Arnold, London.
- Brasil. Fundação IBGE
 1985 *Sinopse preliminar do Censo Agropecuário*, Vol. 4, nº 2, Região Nordeste, IBGE, Rio de Janeiro.
- 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 *Censos Econômicos*, vários volumes.
- Cavalcanti, C.
 1987 "O mercado do pequeno e a síndrome da informalidade: atividades informais e população de baixa renda no Nordeste", *Cadernos de Estudos Sociais*, 3 (1): 65-74.
- Friedmann, H.
 1978 "World market, state, and the family farm: social bases of household production in the era of wage labour", *Comparative studies in Society and History*, 20: 545-586.
- 1979 "Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations", *Journal of Peasant Studies*, 7 (1): 158-183.
- Gerry, C. and Birbeck, C.
 1981 "The petty commodity producer in Third World cities: petit-bourgeois or 'disguised' proletarian", in F. Bechhofer and B. Elliot (eds.), *The Petite Bourgeoisie: Comparative Studies of the Uneasy Stratum*, *The Petite Bourgeoisie: Comparative Studies of the Uneasy Stratum*, The Macmillan Press, London.
- Gibbon, P. and Neocosmos, M.
 1985 "Some problems in the political economy of "African socialism", in H. Bernstein and B. Campbell (eds.), *Contradictions of Accumulation in Africa: Studies in Economy and State*, Sage, London.
- Goodman, D. and Redclift, M.
 1981 *From Peasant to Proletarian: Capitalist Development and Agrarian Transitions*, Basil Blackwell, Oxford.
- 1985 "Capitalism, petty commodity production, and the farm enterprise", *Sociologia Ruralis*, 25 (3/4): 231-247.
- Gonzales de Olarte, E.
 1984 *Economía de la comunidad campesina*, Instituto de Estudios Peruanos, Lima.
- Hiraoka, M. and Yamamoto, S.
 1981 "Changing agricultural land use in the Agreste of Northeast Brazil", *Latin American Studies*, 2: 81-124.

- Hirsch, J.
1974 'The state apparatus and social reproduction: elements of a theory of the bourgeois state', in J. Holloway and S. Picciotto (eds.), *State and Capital: a Marxist Debate*, Edward Arnold, London.
- Kageyama, A. e da Silva, J.G.
1987 (?) *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*, UNICAMPI, Campinas.
- Lavinas, L.
s/d "Perímetros irrigados: na mira a lógica do valor", in UFCE/Mestrado de *Sociologia, Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudança e Permanência*, UFCE, Fortaleza.
- Lênin, V. I.
1972 *A Characterisation of Economic Romanticism*, Progress, Moscou.
- Marx, K.
1969 *Theories of Surplus Value, Part I*, Progress, Moscou.
- Melo, M. L.
1980 *Os Agrestes: Estudos dos Espaços Nordestinos do Sistema Gado-Policultura de Uso de Recursos*, SUDENE, Recife.
- Moura, S. C. de
1985 *Diferenciação e Reprodução Camponesa: um Estudo da Organização Econômica de Pequenos Proprietários em Serra Talhada*, Dissert. de Mestrado, PIMES/UFPE, Recife.
- Scott, A. M.
1977 "Notes on the theoretical status of petty commodity production"; Paper presented to the BSA Development Study Group, London.
- Sorj, B.
1980 *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Sorj, B., Pompermayer, M. J. and Coradini, O. L.
1982 *Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Wanderley, M. N.
1981 *O camponês: um trabalhador para o capital*, UNICAMPI, Campinas.
- Wright, E. O.
1976 "Class boundaries in advanced capitalism"; *New Left Review*, 98.